Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório dos auditores independentes

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	74.621	98.093	Fornecedores (Nota 16)	357.611	228.215
Contas a receber de clientes (Nota 8)	505.181	391.987	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	283.282	426.934
Estoques	2.251	2.299	Obrigações trabalhistas	7.249	8.712
Tributos a recuperar (Nota 9)	40.161	34.526	Tributos a recolher (Nota 18 e 19)	102.495	79.210
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.819	1.767	Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	32.125	21.247
Cessão de crédito	7.575	5.881	Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	315	3.235
Demais contas a receber	2.885	4.224	Dividendos propostos e juros sobre		
			o capital próprio (Nota 20.2 (c))	91.724	79.582
			Demais contas a pagar	12.473	10.340
	634.493	538.777		887.274	857.475
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	637.299	511.355
Contas a receber de clientes (Nota 8)	34.484	-	Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	168.084	116.771
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	128.295	104.697	Provisão para contingências (Nota 22)	63.884	64.079
Tributos a recuperar (Nota 9)	19.042	31.905		<u> </u>	
Depósitos judiciais (Nota 13)	100.879	101.517		869.267	692.205
Outros realizáveis a longo prazo	0	38			
	282.700	238.157	Total do passivo	1.756.541	1.549.680
Investimentos	380	380			
Intangível (Nota 14)	2.181.035	2.022.352	Patrimônio líquido (Nota 20)		
Diferido (Nota 15)	1.846	7.878	Capital social	587.923	544.500
			Reserva de capital	2.194	2.194
	2.465.961	2.268.767	Reservas de lucros	835.047	755.623
	_	-	Ajuste de avaliação patrimonial	(81.251)	(44.453)
			Total do patrimônio líquido	1.343.913	1.257.864
Total do ativo	3.100.454	2.807.544	Total do passivo e patrimônio líquido	3.100.454	2.807.544

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u> </u>	2017	2016
Receita líquida (Nota 24)	3.831.493	3.120.276
Custo do serviço (Nota 25)	(2.806.947)	(2.204.308)
Lucro bruto	1.024.546	915.968
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(408.690)	(369.005)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 28)	(31.196)	(25.467)
Lucro operacional	584.660	521.496
Receitas financeiras	24.420	42.066
Despesas financeiras	(130.865)	(153.596)
Resultado financeiro, líquido (Nota 29)	(106.445)	(111.530)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	478.215	409.966
Imposto de renda e contribuição social - Correntes (Nota 10 e 19)	(144.010)	(120.285)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos (Nota 10 e 19)	4.642	1.023
Lucro líquido do exercício	338.847	290.704
Quantidade de ações em circulação (em milhares de ações)	259.638	259.638
Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício - R\$	1.305,07	1.119,65

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	338.847	290.704
Outros componentes do resultado abrangente		
Perda atuarial de fundo de pensão	(36.797)	(19.875)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(36.797)	(19.875)
Total do resultado abrangente do exercício	302.050	270.829

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em milhares de reais

		Reserva de _		Reservas de lucros				
	Capital Social	capital - incentivos fiscais	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2015	442.830	2.194	86.737	370.311	196.415		(24.578)	1.073.910
Aumento de Capital	101.670	_	_	(101.670)	_	_	_	_
Lucro líquido do exercício	-	_	_	(101.070)	_	290.704	_	290.704
Diviendos adicionais aprovados	_	_	_	_	(7.294)	-	_	(7.294)
Despesas com fundo de pensão	_	_	_	_	-	-	(19.875)	(19.875)
Destinação do lucro:							(101010)	(101010)
Reserva legal	-	_	14.535	_	_	(14.535)	-	_
Reserva para investimentos futuros	_	-	-	189.121	(189.121)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 296,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(77.111)	-	(77.111)
Dividendos propostos (R\$ 9,51 por lote de mil ações)	=	-	-	=	-	(2.470)	=	(2.470)
Destinação de resultado definido em AGOE (Abril/2017)	<u> </u>	<u> </u>			196.588	(196.588)		<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2016	544.500	2.194	101.272	457.762	196.588	-	(44.453)	1.257.863
Aumento de Capital	43.423	-	-	(43.423)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	=	-	-	,	-	338.847	=	338.847
Diviendos adicionais aprovados	=	-	-	=	(126.746)	=	=	(126.746)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	- '	-	(36.798)	(36.798)
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	16.313	-	-	(16.313)	-	-
Reserva para investimentos futuros	-	-	-	72.312	(72.312)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 312,53 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(81.144)	-	(81.144)
Dividendos propostos (R\$ 40,75 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(10.579)	-	(10.579)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril/2018)	- -			71.714	161.567	(230.811)		2.470
Em 31 de dezembro de 2017	587.923	2.194	117.585	558.365	159.097	_	(81.251)	1.343.913

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	478.215	409.966
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	115.824	108.677
Resultado na baixa do intangível	(577)	(1.012)
Resultado financeiro não realizado	94.563	110.450
Provisão atuarial do benefício pós emprego	25.393	12.942
Contingências	(195)	(11.728)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.651	5.248
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	50	487
Desconto obtido sobre pagamento antecipado de parcela de concessão	715.924	(2.124) 632.906
Variações nos ativos e passivos	715.924	632.906
Contas a receber de clientes	(150.329)	45.500
Tributos a recuperar e diferidos	118.180	101.330
Estoques	48	(453)
Cessão de crédito	(1.694)	(3.793)
Adiantamento a fornecedores	` 351 [′]	` (122)
Demais contas a receber	1.022	(894)
Despesas antecipadas	(34)	(41)
Outros realizáveis a longo prazo	37	3.894
Depósitos judiciais	638	1.902
Concessão a pagar	-	(45.252)
Fornecedores	129.396	(79.545)
Obrigações Trabalhistas	(1.463)	966
Tributos a recolher	(116.083)	(109.009)
Partes relacionadas	(2.972) 2.710	(6.875) 3.163
Demais contas e despesas a pagar	2.710	3.103
Caixa proveniente das operações	695.731	543.677
Juros pagos	(96.878)	(124.565)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(134.550)	(114.049)
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	464.303	305.063
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	/	/
Aquisições do intangível	(259.412)	(227.383)
Baixa líquida de ativo intangível	16_	65_
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(259.396)	(227.318)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(24.522)	(26.839)
Ingressos de empréstimo	(24.522)	80.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(193.318)	(74.837)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(10.539)	(6.215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(228.379)	(27.891)
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalente de caixa	(23.472)	49.854
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	98.093	48.239
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	74.621	98.093
Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa	-	
יים ביים אמים אמים יותים ביידים היים ביים ביים ביים ביים ביים ביים בי		

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

VENDAS DE GÁS E DE SERVIÇOS

·	2017	2016
RECEITAS		
Vendas de Gás e de serviços	4.558.102	3.692.445
Outras receitas operacionais	4.850	1.943
Provisão para contas de cobrança duvidosa - Reversão/Constituição	(13.890)	(14.809)
Não Operacionais	642	1.256
-	4.549.704	3.680.835
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(2.735.095)	(2.114.349)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(677.804)	(583.467)
	(3.412.899)	(2.697.816)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.136.805	983.019
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(115.824)	(108.677)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.020.981	874.342
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	24.420	42.066
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.045.401	916.408
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	107.684	94.706
Remuneração direta	79.937	69.480
Benefícios	22.597	20.506
F.G.T.S	5.150	4.720
Impostos, taxas e contribuições	458.134	366.726
Federais	274.304	230.506
Estaduais	181.847	134.434
Municipais	1.983	1.786
Remuneração de capitais de terceiros	140.736	164.272
Juros	130.863	153.596
Aluguéis	9.873	10.676
Remuneração de Capitais Próprios	338.847	290.704
Juros S/Capital Próprio	81.144	77.111
Dividendos Propostos	10.579	2.470
Lucros retidos	247.124	211.124
_	1.045.401	916.408

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha, e está registrado na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.10 e 14).

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 20 de março de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 23.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.4.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(iii) Servidão de passagem

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

2.11 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustada por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2017.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 21).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Demonstrações do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge, exceto pelo impairment de contas a receber

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e espera um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa após a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018 conforme quadro abaixo:

Mercado	Valor
Residencial	854
Comercial	4.642
Industrial	9.003
GNV	2.881
Órgão Público	4.595
Outros Clientes	3.814
Total	25.789

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia realizou estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afeta de forma significativa a forma de contabilização já existente.

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

A CEG tem R\$ 37.527 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, sujeito a esta norma. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.23 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03 (Nota 17), as demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo ("IRD ativo") deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 221.498 (R\$ 138.778 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 53.735 (R\$ 39.097 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2017, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira,

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2017 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos a variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017 Empréstimos e financiamentos Fornecedores	295.327 357.611	206.781	560.063
Em 31 de dezembro de 2016 Empréstimos e financiamentos Fornecedores	457.287 228.215	566.918	70.487

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão

conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 845.960, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2017, indicava uma taxa Selic em 6,75%. A TJLP estimada é de 6,75%, cenário provável para o ano de 2018.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2017 - %	6,99	6,99	6,99
Dívida líquida - bancos	832.436	832.436	832.436
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2017 - %	6,75	8,44	10,13
Despesa (receita) financeira (*)	(1.998)	12.050	26.097
IR E CS	679	(4.097)	(8.873)
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	(1.319)	7.953	17.224

Operação	Cenário	Cenário I	Cenário II
Operação	provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/12/2017 - %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida - BNDES	13.524	13.524	13.524
Taxa TJLP estimada em 30/12/2017 - %	6,75	8,44	10,13
Despesa (receita) financeira (*)	(34)	194	423
IR E CS	11	(66)	(144)
DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	(23)	128	279

(*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumariados:

	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) Dívida líquida	920.581 (74.621) 845.960	938.289 (98.09 <u>3</u>) 840.196
Total do patrimônio líquido	1.343.913	1.257.864
Total do capital próprio e de terceiros	2.189.873	2.098.060
Índice de alavancagem financeira - %	39	40

O índice de alavancagem financeira em 2017 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2017 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

5 Instrumentos financeiros por categoria

_	2017	2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	74.621	98.093
Contas a receber de clientes	539.665	391.987
Contas a receber de partes relacionadas	1.819	1.767
Demais contas a receber	2.885	4.224
Cessão de crédito	7 . 575	5.881
<u> </u>	626.565	501.952
	2017	2016
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	920.581	938.289
Contas a pagar de partes relacionadas	53.490	3.235
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	370.084	238.555
	1.344.155	1.180.079

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	18	93
Bancos	32.732	44.873
Aplicações financeiras	41.871	53.127
	74.621	98.093

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

22 de 49

	2017	2016
Faturado		
Consumidores	212162	
Do setor privado Do setor público	343.469 15.432	277.056 11.918
Do setor publico	15.452	11.910
	358.901	288.974
Não faturado		
Consumidores	010 =11	10((00
Do setor privado (a) Do setor público	218.511 2.987	136.692 2.086
Do setor publico	2.90/	2.000
	221.498	138.778
Vendas de equipamentos	9.478	11.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.212)	(47. <u>5</u> 61)
	539.665	391.987
		_
C'and all	(0)	
Circulante Não circulante	505.181 34.484	391.987
Nuo en culture	<u> </u>	
	539.665	391.987
A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada aba	aixo:	
	2017	2016
A vencer		
Faturado	264.432	214.112
Não faturado (a)	221.498	138.778
Vencidas		
Até três meses	46.509	32.602
De três a seis meses	7.226	6.495
Acima de seis meses (b)	50.212 589.877	47.561 439.548
	ესყ.ს//	409.040

- (a) A variação ocorrida entre os anos de 2017 e 2016 está relacionada ao maior acionamento das térmicas, seguindo orientação da ONS.
- (b) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com exceção de recebíveis em atraso de quatro postos de gás natural veicular (GNV), no montante total de R\$ 34.484, registrado no ativo não circulante, que estão sob disputa judicial e não estão incluídos como faturas vencidas no quadro acima. Ver Nota 22 . Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o

fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias. Ressalvados nas hipóteses de decisão judicial impeditiva de eventual suspensão.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	47.561	38.859
Provisão para impairment de contas a receber	42.317	52.292
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	(39.666)	(43.590)
Em 31 de dezembro	50.212	47.561

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

9 Tributos a recuperar

•	201 7	2016
PIS e COFINS (a)	17.647	13.731
FINSOCIAL (b)	13.136	13.136
ICMS a recuperar (c)	8.418	20.435
Contribuição Social (d)	10.293	11.738
Imposto de renda retido na fonte	4.735	2.632
Outros	4.974	4.759
	59.203	66.431
Circulante	(40.161)	(34.526)
Não circulante	19.042	31.905

- (a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 22(a(ii))).
- (c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 6.218 (R\$ 3.520 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 2.512 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 3.706 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$ 809 (R\$ 8.466 em 31 de dezembro de 2016) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados e R\$ 1.391 (R\$ 8.449 em dezembro de 2016) referentes a outros créditos.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As

alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2017	2016
Obrigações de fundo de pensão	85.738	63.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.013	7.420
Provisão para contingências	21.721	21.787
AVP Financeiro	3.896	4.491
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(5.032)	(4.947)
Provisão de fornecedores	10.923	7.139
Outras	4.036	5.033
Ativo não circulante	128.295	104.697
(*) Os principais itens das mudanças de prática são:	2017	2016
Receita de ajuste a valor presente	(989)	(936)
Juros e variação monetária Gasius (nota 21)	(4.043)	(4.011)
	(5.032)	(4.947)

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

					IR e CS diferidos ativos sobre				
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total	
Em 31 de dezembro de 2016	63.774	7.420	21.787	4.491	(4.947)	7.139	5.033	104.697	
Creditado (debitado) na demonstração do resultado Creditado (debitado) no	3.008	(407)	(66)	(595)	(85)	3.784	(997)	4.642	
patrimônio líquido	18.956							18.956	
Em 31 de dezembro de 2017	85.738	7.013	21.721	3.896	(5.032)	10.923	4.036	128.295	

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2024, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2018	15.395
2019	25.659
2020	25.659
2021	25.659
2022	25.659
2023	5.132
2024	5.132
	<u>128.295</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

As transações no ativo, passivo e de resultado realizadas entre as partes relacionadas apresentadas como segue:

	Passivo				
	Ativo	Passivo	não		
	circulante	Circulante	circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	56	_	_	26	8.816
Gás Natural DL S.A	-	43.091	_	-	0.010
Gás Natural Serviços Integrales	_	-	_	67	973
Gás Fenosa Engineering	_	_	_	229	9/3
CEG Rio S.A.	1.605	_	_	17.453	_
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	128	_	_	530	_
Gás Natural Serviços S.A.	28	_	_	3.675	_
Gás Natural do Brasil S.A.	2	_	_	18	433
Gás Natural Informática	-	315	_	-	6.597
Pluspetrol Energy	_	1.795	_	_	
Dinâmica energia	_	8.112	_	_	_
Outras partes relacionadas	_	177	_	_	_
outrus partos relacionadas	1.819	53.490		21.998	16.819
	1.019	33.490		21.990	10.019
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento					
Econômico e Social - BNDES (Nota 17)		42.209			
Em 31 de dezembro de 2017	1.819	95.699		21.998	16.819
Em 31 de dezembro de 2016	1.767	96.889	14.160	21.896	16.508

Os saldos a receber, a pagar e as despesas e receitas com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, dividendos a pagar, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

12 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários e encargos	2.407	2.182
Honorários de diretoria	1.596	1.429
Planos de aposentadoria e pensão	67	59
Outros benefícios	1.354	1.146
	5.424	4.816

13 Depósitos judiciais

	201 7	2016
ICMS (a)	3.830	3.620
INSS (a)	20.853	19.910
Imposto de renda	5.625	5.187
Processo Administrativo - SRF (b)	7.665	7.303
CIDE (c)	11.196	13.207
Penhora Judicial (d)	14.074	17.926
Trabalhistas (e)	29.126	25.824
Outros	8.510	8.540
	100.879	101.517

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico CIDE (Nota 22(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 5.178) e cíveis (R\$ 8.896).
- **(e)** Referem-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desen- volvimento (c)	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.893
Aquisição Baixa líquida			7.862	43.239 (552)	51.101 (552)	192.630	5.318	249.049 (552)
Transferência para intangível em operação			17.532	270.021	287.553	(270.021)	(17.532)	-
Amortização	(11.475)	(146)	(6.456)	(78.961)	(97.038)			(97.038)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Custo total	136.735	3.628	109.898	2.661.086	2.911.347	175.587	21.765	3.108.699
Amortização acumulada	(20.533)	(3.315)	(80.943)	(981.556)	(1.086.347)	-	-	(1.086.347)
Valor residual	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Saldos em 1 de janeiro de 2017	116.202	313	28.955	1.679.530	1.825.000	175.587	21.765	2.022.352
Aquisição Baixa líquida			24.139	40.087 (66)	64.226 (66)	203.815	502	268.542 (66)
Transferência para intangível em operação			21.796	243.125	264.920	(243.125)	(21.796)	
Amortização	(10.957)	(142)	(11.396)	(87.298)	(109.793)			(109.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	105.245	171	63.494	1.875.378	2.044.286	136.277	471	2.181.035
Custo total	126 -22-	. (.0				10(0==		
	136.735	3.628	155.833	2.944.231	3.240.428	136.277	470	3.377.175
Amortização acumulada	(31.490)	(3.457)	(92.339)	(1.068.854)	(1.196.140)			(1.196.140)
Valor residual	105.245	171	63.493	1.875.377	2.044.287	136.277	470	2.181.035
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5, 6, 7	20					

- (a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.
- (b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2016 Aquisição Baixa líquida Transferência para intangível em operação Amortização	1.890	8.646 (60) (609)	1.651 (85)	15.060 2.592 (3.105)	5.102 2.675 (1.584)	8.301 1.006 (1.182)	5.077 1.881 (113) (1.687)	1.396.232 33.176 (377) 270.021 (68.189)	3.821 1.909 (2.518)	1.445.783 43.239 (552) 270.021 (78.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Custo total Depreciação acumulada	1.890	34.441 (26.464)	11.569 (10.004)	116.727 (102.180)	30.654 (24.460)	19.245 (11.120)	20.057 (14.899)	2.414.715 (783.852)	11.788 (8.577)	2.661.086 (981.556)
Valor contábil atual	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Saldos em 1 de janeiro de 2017 Aquisição Baixa líquida Transferência para intangível em operação Amortização	1.890	7.977 - 9.036 (759)	1.565 (82)	14.547 14.513 (3) (9.204)	6.194 1.744 (2.049)	8.125 (1.232)	5.158 418 (16) (1.756)	1.630.863 21.901 (47) 234.089 (70.199)	3.211 1.510 (2.018)	1.679.530 40.087 (66) 243.125 (87.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Custo total Depreciação acumulada	1.890	43.477 (27.223)	11.569 (10.087)	131.238 (111.384)	32.399 (26.509)	19.245 (12.352)	20.459 (16.655)	2.670.657 (854.051)	13.298 (10.595)	2.944.232 (1.068.854)
Valor contábil atual	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 9.130 (R\$ 21.665 em 31 de dezembro de 2016) à taxa média de 11,69% (15,24% em 31 de dezembro de 2016).

15 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	5.095	14.422	-	19.517
Aquisição	0 70			-
Amortização	(4.042)	(7.597)		(11.639)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.053	6.825	0	7.878
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(236.666)	(194.095)	(1.109)	(431.870)
Valor residual	1.053	6.825		7.878
Saldos em 1 de janeiro de 2017	1.053	6.825	0	7.878
Aquisição				-
Amortização	(997)	(5.035)		(6.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56	1.790	0	1.846
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(237.663)	(199.130)	(1.109)	(437.902)
Valor residual	56	1.790	0	1.846
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	201 7	2016
De gás De materiais De serviços	280.619 4.329 72.663	173.554 6.882 47.779
	357.611	228.215

17 Empréstimos e financiamentos

•	2017	2016
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	14.717	38.739
Linhas de crédito	905.864	899.550
	920.581	938.289
Total do passivo		
Circulante	283.282	426.934
Não circulante	637.299	511.355
	920.581	938.289

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

				2017		2016
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		100%	65.151	310.000	280.866	100.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	5.255	150.000	37.889	120.000
Banco Nacional de						
Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		14.717		24.580	14.160
Banco Santander S.A.		100%	• , ,	132.499	10	117.927
ING Bank		100%	51.709		2.809	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%			48.969	
Banco Intesa San Paolo		100%	54.694			49.268
Banco Itaú		100%	745	44.800		
Banco Scotiabank		100%	91.011		31.821	60.000
Total empréstimos e						
financiamentos			283.282	637.299	426.934	511.355

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com um custo médio de captação de 115% do CDI (103% em 31 de dezembro de 2016).

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2016	2017	
461.355 50.000 	182.499 454.800	2018 2019 2020
511.355	637.299	

Mapa de movimentação dos empréstimos:

2017	2016
-	80.000
(24.522)	(26.839)
103.693	132.115
(96.879)	(124.565)
(17.708)	60.711
	(24.522) 103.693 (96.879)

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000.

18 Tributos a recolher

	2017	2016
ICMS	30.333	20.282
Imposto de renda a pagar	53.482	38.791
COFINS	8.899	8.293
PIS	1.929	1.768
CS/PIS/COFINS terceiros	1.722	1.858
INSS terceiros	1.218	2.038
ISS terceiros	1.075	1.325
Outros	3.837	4.855
	102.495	79.210

Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

		31/12/2017		31/12/2016
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda				
e da contribuição social	478.215	478.215	409.966	409.966

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas				
nominais de 25% e 9%	(119.554)	(43.039)	(102.492)	(36.897)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	20.286	7.303	19.278	6.940
Adições Permanentes	(3.725)	(1.341)	(3.763)	(1.354)
Incentivos Fiscais	702		522	
Outros			(1.099)	(396)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com				
a demonstração do resultado	(102.291)	(37.077)	(87.554)	(31.707)
Alíquota efetiva	21	8	21	8

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social de R\$ 587.923 (2016 – R\$ 544.500) está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribuicion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

Canital

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 aprovou o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária, sem modificação do valor do capital social.

A Companhia aumentou seu capital social no ano de 2017 mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 43.423. Em 2016 a Companhia já havia aumentado seu capital utilizando parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 101.670.

20.2 Reserva de lucros

Compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, foi aprovado o incremento de R\$ 72.311 em reserva de expansão, adicionalmente, definiu-se a transferência de R\$ 43.423 para aumento de capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2016.

A reserva de lucros ultrapassou o montante do capital social em 2017 e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2018deliberará sobre a destinação desse excesso.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio.

Conforme estabelecido em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, o valor de R\$ 77.111 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas e pago em parcela única em 27 de julho de 2017. Também houve deliberação sobre os dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 2.470) e dividendos adicionais (R\$ 124.276) referentes ao resultado do exercício de 2016. O montante de R\$ 126.746 foi pago em parcela única em 20 de dezembro de 2017.

	2017	2016
Lucro líquido	338.847	290.704
Constituição da reserva legal	(16.313)	(14.535)
Base de cálculo dos dividendos	322.534	276.169
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	80.634	69.042
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(81.144)	(77.111)
Dividendos a pagar	(10.579)	(2.470)
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	28%	29%

(d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	2017	2016
Numerador Lucro líquido	338.847	290.704
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro líquido por ação básico – R\$	1.305,08	1.119,65

21 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

	2017	2016
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	50	53
Assistidos	1.037	1.048
	1.087	1.101

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Beneficio Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. A dívida foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 exempregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG, totalizaram:

	2017	2016
7 1 1 7 (7 1)		
Fundo de pensão (Gasius)	2.317	2.287
Assistência médica	7.268	6.871
	9.585	9.158

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2017	2016
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.099	5.804
Prêmio aposentadoria	1.970	1.935
Assistência médica para aposentados	192.140	130.279
	200.209	138.018
Circulante	(32.125)	(21.247)
Não circulante	168.084	116.771

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM n^o 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	138.018	105.201
Custo do serviço corrente	1.236	973
Juros sobre obrigações atuariais	57.719	52.692
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.064)	(47.925)
Reconhecimento de (ganhos)perdas atuariais	57.562	76.907
Beneficios pagos	(1.084)	(39.551)
Contribuições de patrocinadores	(11.178)	(9.158)
Pagamentos confissão de dívida	-	(1.133)
Juros confissão de dívida		12
Em 31 de dezembro	200.209	138.018

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de	Benef. Esp.		Assistência
	benefícios	de aposent.	Prêmio	médica para
	GASIUS	(plano 90)	aposentadoria	aposentados
Em 31 de dezembro de 2015	310.934	5.203	1.994	96.882
Custo do serviço corrente	205	-	63	705
Juros sobre obrigações atuariais	39.405	643	179	12.465
Contribuições participantes	509	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	47.379	817	(123)	28.785
Benefícios pagos	(29.955)	(859)	(179)	(8.558)
Em 31 de dezembro de 2016	368.477	5.804	1.934	130.279
Custo do serviço corrente	79	-	59	1.098
Juros sobre obrigações atuariais	41.889	640	150	15.040
Contribuições participantes	467	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	2.429	561	5	54.567
Benefícios pagos		(906)	(178)	
Em 31 de dezembro de 2017	413.341	6.099	1.970	200.984

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano de benefícios GASIUS	
Em 31 de dezembro de 2015	372.987	
Rendimento esperado	47.925	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	42.604	
Contribuições da patrocinadora	3.412	
Contribuições dos participantes	509	
Benefícios pagos	<u>(29.955</u>)	
Em 31 de dezembro de 2016	437.482	
Rendimento esperado	50.262	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.782)	
Contribuições da patrocinadora	2.334	
Contribuições dos participantes	467	
Benefícios pagos	(34.160)	
Em 31 de dezembro de 2017	445.603	
A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017 é a	seguinte:	
Renda fixa		,
Títulos públicos federais		262.149
Fundos de investimento de renda fixa		63.877
		326.026
Títulos de renda variável		74.607
Investimento imobiliário		32.717
Outros ativos		24.762
		458.112
A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:		
Pl 11 %' CLOTTO	2017	2016
Plano de benefícios – GASIUS	22(272	o(0 1 - 0
Valor presente das obrigações atuariais	396.373	368.478
Valor justo dos ativos do plano	(445.602)	(437.482)
Superavit	(49.229)	(69.004)
Limite assunção de dívida (*)	49.229	69.004
Passivo líquido		<u> </u>
(*) Passivo atuarial não reconhecido, pois o montante é infe ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.	erior à dívida de plan	no de pensão
	2017	2016
Benefício especial de aposentadoria Valor presente das obrigações atuariais	6.099	5.804
valor presente das obrigações atuariais	0.099	5.004
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	1.970	1.935
Andre Control of Programme 1		
Assistência médica a aposentados	100 140	100.070
Valor presente das obrigações atuariais	192.140	130.279
Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resul	tado abrangonto cão:	

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são: 38 de 49

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente Juros sobre obrigações atuariais Rendimento esperado dos ativos do plano	79 50.087 (50.262)	- 640 <u>-</u>	59 150 	1.098 15.040	1.236 65.917 (50.262)
	(96)	640	209	16.138	16.891
Resultado abrangente	2.429	561	5	54.567	57.562
Imposto de renda e contribuição social					(20.765)
Resultado abrangente líquido de impostos					(36.797)

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2017 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

principais premissas ponderadas e.		
		Percentual
-	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%
As principais premissas atuarias utilizada são as seguintes:	s nos cálculos das provisões, em	a 31 de dezembro de 2017,
Hipóteses econômicas Taxa de desconto Taxa de retorno esperado dos ativos Crescimentos salariais futuros		6,05% a.a. N/A. 1%a.a.
Inflação Fator de capacidade Salários Benefícios		5% a.a. 98% 98%
Hipóteses demográficas Tábua de mortalidade Tábua de mortalidade de inválidos Tábua de entrada em invalidez		AT2000 IAPB-57 Álvaro Vindas

22 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u> </u>	2016
Trabalhistas	33.282	32.127
Cíveis	17.010	16.363
Tributárias	13.592	15.589
	63.884	64.079

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.079
Adições	16.442
Baixas/reversões	(17.398)
Atualizações monetárias	761
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.884

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, ao questionamento sobre a incidência da CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma estimamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.196 (R\$ 13.207 em 31 de dezembro de 2016) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Devido a problemas de acesso junto ao Banco a Companhia atualizou o valor da CIDE de forma estimada e regularizado o fato impeditivo, foi possível regularizar a atualização o que gerou uma distorção, ora corrigida. Existem ainda R\$ 2.396 (R\$ 2.382 em dezembro de 2016) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	201 7	2016
Esfera Federal	13.592	15.590
	13.592	15.590

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 70.120 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2016), o montante envolvido sofreu significativa redução devido a êxito total na defesa de um processo relacionado a créditos indevidos de ICMS.

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 15.934 (R\$ 15.161 em 31 de dezembro de 2016).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.404 (R\$ 8.165 em 31 de dezembro de 2016).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 12.389 (R\$ 11.912 em 31 de dezembro de 2016).

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que tratam-se de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

• Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 440.280 (R\$ 428.404 em 31 de dezembro de 2016) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2017	2016
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	42	38
Ex-empregados terceiros	819	752
Outros (Ministério Público, INSS)	12	11
	<u>873</u>	801

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u> 2017</u>	2016
Ex-empregados CEG Ex-empregados terceiros	5.847 27.435	8.186 23.941
Zir empregados tercenos	33.282	32.127
		<u>J=+1=/</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 60.338 (R\$ 67.677 em 31 de dezembro de 2016).

Embora a Companhia esteja direcionando suas iniciativas, no sentido de que exista a redução das contingências laborais, devido à Lei. 13.467/18, Lei da Reforma Trabalhista, obtivemos um aumento de ações trabalhistas correspondente ao novo marco.

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial.
 - A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. Neste caso,

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foi celebrado acordo no valor de R\$4.000 em dezembro de 2016, e a Companhia aguarda a extinção do processo.

• Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito fatal ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$ 30 a título de danos morais. Foi condenada, também, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de uma prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido. Condenada a pagar pensão para esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de uma prestação anual a título de 13º salário, além das custas processuais e honorários advocatícios. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.225. O processo está em fase de execução, apresentamos impugnação aos cálculos apresentados pela autora e este foi enviado para o contador judicial.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$ 12.908 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

Além das contingências cíveis acima, a Companhia possui saldos a receber pela venda de gás a quatro postos de combustíveis do tipo GNV, no montante de R\$ 34.484 (Nota 8), que encontram-se, presentemente, em disputa judicial em decorrência de questionamento dos postos sobre o sistema de medição, cujo funcionamento foi referendado por peritos independentes. Parte do recebível, no montante de R\$ 1.649 mil, foi objeto de depósito judicial baixado em 2018 por resgate e a outra parte poderá ser realizada por meio de execução de garantias no decorrer da disputa judicial e/ou após a sua conclusão, cujo valor justo é superior ao valor do recebível. O prognóstico quanto ao desfecho da disputa é favorável à Companhia, tendo os postos já sido intimados a depositarem o valor em disputa enquanto aguardam a conclusão de perícia solicitada em juízo. Sobre esse recebível, cabe a incidência de multa e juros de mora, cujo total monta a R\$ 12.963, não contabilizados até que a dívida dos postos seja liquidada. Considerando o andamento do processo, o prognóstico favorável à Companhia e as garantidas existentes, não foi registrada provisão para impairment do recebível.

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (927.149 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.387 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppincenters e hotéis), industrial (300 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (459 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada nos períodos de 2017 e 2016:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Margem p	or segmento 2017
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (Não revisado)	115.909	79.339	492.532	1.844.300	890.924			3.423.004
Receita Bruta	766.937	268.739	789.734	1.061.228	1.320.877	189.567	140.130	4.537.212
Deduções	(161.449)	(57.619)	(157.336)	(7.015)	(285.887)		(36.413)	(705.719)
Receita Líquida	605.488	211.120	632.398	1.054.213	1.034.990	189.567	103.717	3.831.493
Custo	(127.830)	(86.055)	(497.275)	(1.001.310)	(900.585)	(189.567)	(4.325)	(2.806.947)
Resultado Bruto	477.658	125.065	135.123	52.903	134.405		99.392	1.024.546
Despesas/Receitas Operacionais							_	(546.331)
Resultado antes da Tributação								478.215
Provisão p/IR e Contribuição social							_	(139.368)
Lucro/Prejuízo do Período								338.847

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Margem p	or segmento 2016
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	114.811	92.658	478.960	1.396.102	798.934			2.881.465
Receita Bruta Deduções	673.334 (152.533)	247.370 (53.069)	668.085 (134.237)	810.791 (3.562)	992.162 (214.741)	186.971	113.732 (14.027)	3.692.445 (572.169)
Receita Líquida	520.801	194.301	533.848	807.229	777.421	186.971	99.705	3.120.276
Custo	(83.855)	(74.050)	(414.930)	(768.006)	(673.061)	(186.971)	(3.435)	(2.204.308)
Resultado Bruto	436.946	120.251	118.918	39.223	104.360		96.270	915.968
Despesas/Receitas Operacionais							-	(506.002)
Resultado antes da Tributação								409.966
Provisão p/IR e Contribuição social							_	(119.262)
Lucro/Prejuízo do Período							_	290.704

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Receitas de serviços	128.429	104.579
Receitas de serviços taxados	10.971	7.337
Receita de alugueis	730	1.816
	140.130	113.732

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

24 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da Receita Líquida

	2017	2016
Venda de gás	4.207.515	3.391.742
Contratos de construção	189.567	186.971
Outras receitas	140.130	113.732
Total receita bruta	4.537.212	3.692.445
(-) Deduções da receita Bruta	(705.719)	(572.169)
Receita líquida	3.831.493	3.120.276

25 Custo

_	2017	2016
Compra de gás e de serviços Custo dos contratos de construção	2.524.638 189.567	1.927.378 186.971
Custo de pessoal	22.544	21.770
Custo de amortização do intangível	70.198	68.189
=	2.806.947	2.204.308

26 Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1° de junho de 2017 foi celebrado o termo aditivo n° 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual.

Pelo aditivo nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu para o ano de 2017: (i) a retirar da PETROBRÁS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensal (RMM); (ii) a retirar da Petrobrás e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 95% da QDC.

Ao final do exercício de 2017, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido). A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e de Mangaratiba.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até dezembro de 2017, 95% deste valor.

26.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("AGENERSA"), por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, assim a AGENERSA também determinou um fator de retroatividade que será aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representa uma redução adicional de 3,60%.

No segundo semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

27 Despesas gerais e administrativas

<u>-</u>	2017	2016
Despesa de pessoal	104.040	90.584
Entidade de previdência privada	8.755	6.132
Utilidades, materiais e serviços	25.675	28.410
Despesa com amortização do intangível	45.627	40.488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.890	14.810
Serviços e outros gastos (a)	210.703	188.581
=	408.690	369.005

(a) Referem-se, principalmente, a gastos pós-venda, tais como: leitura de medidores, manutenção emergencial, serviços de cobrança, etc.

28 Outras despesas, líquidas

	2017	2016
Impostos e taxas (a)	10.665	817
Ganhos na alienação de intangível	(578)	(1.012)
Indenização a terceiros	19.783	21.326
Despesa com impostos	969	2.275
Ganho na venda de equipamentos	(2)	(3)
Outras despesas operacionais, líquidas	359	2.064
	31.196	25.467

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

29 Resultado financeiro

	
Receitas financeiras	
Rendas sobre aplicações financeiras 6.894	3.829
Atualizações monetárias e cambiais ativas 1.919	18.875
Receita de juros e encargos 11.109	14.979
Outras receitas financeiras 4.498	4.383
24.420	12.066
2017	2016
Despesas financeiras	,
Ajuste a valor presente do passivo de concessão -	(5.154)
Juros de empréstimo Juros (93.774)	07.165)
IOF (1.552)	(5.114)
Atualizações monetárias e cambiais passivas (8.996)	11.898)
	21.484)
Outras despesas financeiras (3.265)	(2.781)
(130.865) (130.865)	53.596)
(106.445) (1	11.530)

30 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros,

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Em reais	
Ramos	Importâncias seguradas	
	(não auditado)	
Risco operacional (*) Responsabilidade civil geral (*) Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	640.700 326.808 94.000	

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.